CONTRATO Nº. 1266/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ E A EVER KIDDS EVENTOS LTDA PARA CONTRATAÇÃO DE 01 (UMA) APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO GRUPO "LARA KIDS PRODUÇÕES" NA "FLIT - FEIRA DE LITERATURA INFANTIL DE TAUBATÉ 2026".

Contrato que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 45.176.005/0001-08 na Sede da Prefeitura, situada na Avenida Tiradentes, nº. 520, Centro, Taubaté/SP, presentes, de um lado, neste ato, representada por **Márcio Roberto Carneiro** - respondendo pelo expediente da Secretaria de Cultura e Economia Criativa ora em diante designada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **EVER KIDDS EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 66.608.922/0001-94, com sede na Rua Antenor Vargas, nº. 211, bairro Caminho Novo, município de Tremembé/SP, email: larakidsproducoescamila@gmail.com, representada por **Paloma Caroline Silva de Lima**, portadora do RG nº. 45.237.205-7, inscrita no CPF/MF sob nº. 380.917.378-90, na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, através da **inexigibilidade de licitação nº. 0296/2026 - processo administrativo nº. 27.598/2026**, cujo inteiro teor a CONTRATADA declara expressamente, nesta avença, conhecer e aceitar, e ao qual se vinculam as partes, firmam o presente contrato, de acordo com as normas emanadas da Lei Complementar Federal nº. 0123/2006 alterada pelas Leis Complementares nº. 0147/2014 e nº. 0155/2016 em suas redações atuais, da Lei Federal nº. 14.133/2021, do Decreto Municipal nº. 15.499/2023, do Decreto Municipal nº. 15.523/2023, do Decreto Municipal nº. 16.199/2025 e, subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.
1.1 - O presente contrato tem por objeto a **contratação de 01 (uma) apresentação artística do Grupo "Lara Kids Produções" na "Flit - Feira de Literatura Infantil de Taubaté 2026".**
1.2 - Consideram-se integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, o termo de referência e a respectiva proposta, elaborada e apresentada pela CONTRATADA, datada de 30/09/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO.
2.1 - Execução indireta, através de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA.
3.1 - O objeto deste contrato somente será recebido, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº. 14.133/2021, se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes dos documentos citados em 1.2.
3.2 - A CONTRATADA obriga-se a reexecutar, às suas expensas, no local estipulado e no prazo ajustado, após a notificação, os serviços que vierem a ser recusados pela CONTRATANTE, hipótese em que não ocorrerá pagamento enquanto não for satisfeito o objeto desta avença.
3.3 - Se os serviços apresentarem-se com defeitos, vícios de execução ou elaboração, será lavrado laudo de vistoria que relacionará as falhas encontradas, dando-se ciência oficial dos mesmos à CONTRATADA, para que proceda às correções apontadas, passando o prazo de observação a fluir novamente, até nova comunicação.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO.
4.1 - O valor total do presente contrato é de **R$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)**, por conta da dotação orçamentária **1392 - 11.01.0016.2.090.13.392.339039.08.8040343** para atender às despesas inerentes a este contrato, durante o corrente exercício. No exercício vindouro, nova dotação será prevista para cobertura das despesas restantes do presente instrumento.
4.2 - Para fins de pagamento, na periodicidade avençada, a CONTRATADA formulará requerimento á CONTRATANTE, dando conta da conclusão da respectiva fase, solicitando que seja vistoriada e comprovada a execução, e uma vez atestada pelo órgão competente da CONTRATANTE, juntamente com a entrega completa

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

dos documentos constantes do Anexo deste contrato pela CONTRATADA, iniciar-se-á o prazo para pagamento da parcela correspondente, não cabendo qualquer reajuste financeiro.
4.3 - Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização dessa documentação. Iniciar-se-á o prazo de pagamento da parcela correspondente **o qual terá início a partir do trâmite da Nota Fiscal e efetivo recebimento e cumpridas todas as etapas necessárias para sua liquidação e pagamento, devidamente atestada pela Unidade Requisitante**, não cabendo qualquer reajuste financeiro.
4.4 - Cronograma de pagamento, observado a ordem cronológica, **considerada a partir do recebimento das respectivas Notas Fiscais, devidamente instruída e apta para liquidação e pagamento, cumpridas às obrigações contratuais e nos termos da proposta apresentada**. O pagamento obedecerá aos seguintes prazos, exceto os pagamentos decorrentes de cumprimento de ordens judiciais, parcerias celebradas com o Terceiro Setor, consignações em pagamento, recolhimento de encargos e tributos, bem como os recursos repassados pela Municipalidade para cumprimento de planos de trabalho previamente estabelecidos pelo Poder Público.

Recebimento do 1º ao 10º dia do mês, pagamento dia 20*.
Recebimento do dia 11º ao 20º dia do mês, pagamento no último dia útil do mês*.
Recebimento do 21º ao final de cada mês, pagamento no dia 10 do mês seguinte*.
*Após o adimplemento da obrigação contratada, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração.

4.4.1 - Salientamos ainda, caso uma das datas acima indicadas caia em finais de semana ou feriados em que não haja expediente bancário, ficam os pagamentos adiados para o dia útil seguinte.
4.4.2 - O pagamento de parcelas com eventual atraso será corrigido pela variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, 'pro rata tempore'.
4.5 - Os preços contratados não sofrerão qualquer espécie de atualização, durante o primeiro ano de vigência desta avença. Uma vez transcorrido esse prazo poderão ser corrigidos pela variação do índice oficial de inflação, o IPCA – índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE observada no mesmo período, ou por índice oficial que vier a substituí-lo.
4.6 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução dos serviços.
4.7 - Fica assegurado a possibilidade de retenção no momento do pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte nos temos do Art. 2º-A da IN RFB nº. 1.234, de 11 de janeiro de 2012, em especial seu Anexo I, salvo exceções previstas em lei.

Previsão Orçamentária:
Ficha: 1392 - 11.01.0016.2.090.13.392.339039.08.8040343
Classificação Econômica: 339039
Fonte de Recurso: 08
Aplicação: 8040343 - 179.21
Nota de Empenho nº. 12414/2026
Valor: R$ 5.300,00

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE ENTREGA E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.
5.1 - A apresentação será realizada na Av. Prof. Walter Thaumaturgo (Av. do Povo), no dia **11 de Outubro de 2026 a partir das 18:00h, com duração de 30 (trinta) minutos,** à iniciar-se necessariamente após a data da última assinatura eletrônica deste instrumento contratual
5.2 - Este contrato vigorará desde sua assinatura e por todo o período de execução dos serviços, até sua aceitação e respectivo pagamento, nos termos do artigo 105 da Lei Federal nº. 14.133/2021, em sua redação atual, persistindo, no entanto, as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia do referido objeto contratual.
5.3 - Para fins de contagem do prazo será considerada como data do contrato a última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no referido instrumento.

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1 - Executar o objeto deste contrato nas condições previstas no termo de referência e na respectiva proposta, seus anexos e valores propostos.

6.2 - Ficar responsável pelas operações e despesas de transporte e seguro de transporte, bem como pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessárias.

6.3 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

6.4 - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunística do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato; da mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo empregatício com funcionários, ou prepostos, da CONTRATADA.

6.5 - Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.

6.6 - Fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As certidões deverão estar, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal e deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitido e apresentado à CONTRATANTE.

6.7 - Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra a CONTRATANTE por empregados da CONTRATADA, estes deverão comparecer espontaneamente em Juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir a CONTRATANTE no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação.

6.8 - A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente o Termo de Referência.

6.9 - Pagar o piso salarial, fixado pela convenção coletiva das categorias profissionais empregados na execução do objeto do presente contrato respeitando o princípio da isonomia salarial, conforme artigo 1º da Lei Municipal nº 4.779/2013.

6.10 - Para eventuais contratações de trabalhadores necessários a execução do objeto do presente contrato, fica a CONTRATADA obrigada a cumprir com o que dispõe a Lei Municipal nº 5.544 de 31 de março de 2020, no sentido de fazer consulta prévia ao banco de dados do Balcão de Empregos de Taubaté.

6.11 - A CONTRATADA deve cumprir com as exigências de reserva de cargos previstas em lei e em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

6.12 - A contratação e/ou a prestação de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, que dentre os(as) deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, inciso I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial nº. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023.

6.13 - A CONTRATADA deve empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, supletivamente, em escolas técnicas ou entidades sem fins lucrativos, número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos(as) trabalhadores(as) existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

7.1 - Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou equivalente.

7.2 - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

7.3 - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.
7.4 - Designar responsável(is), denominado(s) GESTOR E FISCAL DO CONTRATO, com competência legal, nos termos do regulamento, para promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato e dos respectivos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, e o qual notificará à CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados;
7.5 - Emitir termo de encerramento contratual, a partir do qual qualquer serviço/compra prestado, após sua assinatura pelas partes, não terá amparo contratual, não ficando a Prefeitura Municipal de Taubaté obrigada ou sujeita aos pagamentos que porventura venham a ser posteriormente pleiteados pela CONTRATADA.
7.6 - Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços contratados e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais, por intermédio do FISCAL DO CONTRATO, ao qual competirá fazer o acompanhamento da execução do Contrato, dirimindo e desembaraçando eventuais pendências, prestando todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, bem como não permitindo a execução de e/ou ordenando que sejam refeitas quaisquer tarefas em desacordo com os termos acordados;
7.7 - Notificar, via sistema 1DOC, a CONTRATADA sobre qualquer falta ou irregularidade observada no curso da execução do objeto do Contrato e/ou sobre quaisquer falhas ou defeitos apresentados pelo equipamento ou instalações, prestando todos os esclarecimentos e informações necessários e interrompendo o uso do mesmo, se assim for recomendado, bem como fixar prazo para a devida solução do problema, caso já não haja previsão contratual a respeito;
7.8 - Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção imediata, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE;
7.9 - Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços/fornecimento do bem e o atendimento das exigências contratuais;
7.10 - Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente, formalmente designado fiscal e Gestor do Contrato;
7.11 - Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE.
8.1 - Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado na proposta de preços será reajustado.
8.2 - O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado:
8.2.1 - Para os custos relativos à mão de obra e para os custos decorrentes de mercado, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data dos orçamentos estimados;
8.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será computado do último reajuste correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como último reajuste, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
8.4 - O prazo para a CONTRATADA solicitar o reajuste deverá ser de acordo com o § 8º do Art. 25 da Lei 14.133/21.
8.5 - Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.
8.5.1 - Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
8.5.1.1 - Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado e ao de mão de obra;
8.6 - É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal e/ou sentença normativa.
8.7 - A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
8.8 - Quando o reajuste solicitado pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra) e decorrentes de mão de obra, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento pela variação do IPCA, com base na seguinte fórmula:

$$R = Po \times \left[\left(\frac{IPCA}{IPCAo}\right) - 1\right]$$

Onde:
R = Parcela de reajuste;
Po = Preço inicial do item no mês de referência dos preços ou preço do item no mês de aplicação do último reajuste;
IPCA/IPCAo= variação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.
8.8.1 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Administração pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
8.8.2 - Nas aferições finais, o índice utilizado para o reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
8.8.3 - Caso o índice estabelecido para o reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
8.8.4 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
8.8.5 - Independentemente do requerimento de reajuste, a Administração verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha do contrato.
8.9 - Os novos valores do contrato decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
8.9.1 - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros; ou
8.9.2 - Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando o reajuste envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, por sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em reajustes futuros.
8.10 - Os efeitos financeiros dos reajustes ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
8.11 - A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
8.11.1 - O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Administração para a comprovação da variação dos custos.
8.12 - Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação do contrato, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES.
9.1 - A CONTRATADA sujeita-se às sanções previstas na Lei Federal 14.133/21.
9.2 - A aplicação de uma das sanções não implica a exclusão de outras previstas na legislação vigente.
9.3 - As sanções dispostas poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme o caso, em conformidade com os Arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
9.4 - A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:
I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

9.5 - Serão aplicadas, conforme o caso, ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7 - A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.8 - As Multas, não poderão ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 9.4.

9.9 - Sem prejuízo das demais infrações administrativas previstas no item 9.4, a não observância das cláusulas contratuais sujeitará, cumulativamente, a CONTRATADA às seguintes multas:

9.10 - 5% (cinco por cento) do valor do contrato reajustado, por desatendimento de qualquer cláusula contratual.

9.11 - 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total do contrato reajustado, por dia de atraso na entrega ou na execução do objeto.

9.12 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 9.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.13 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 9.4, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 9.12, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.14 - A aplicação das Sanções somente ocorrerá depois de assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

9.15 - Até a decisão final transitada em julgado, nenhum numerário apurado referente à sanção será retida, sendo que após, o montante da multa poderá, ser compensado dos valores de pagamento devido ao fornecedor.
9.16 - As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à CONTRATANTE.
9.17 - As multas, calculadas como acima, poderão ser deduzidas, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA, ou deduzidas de eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.
9.18 - As decisões relacionadas à multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas decisões, serão publicadas em diário oficial do município e encaminhadas via sistema 1DOC para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, E DAS TOLERÂNCIAS.
10.1 - Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta avença e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.
10.2 - Se uma das partes, em benefício da outra, ainda que por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, de cláusulas e condições do presente contrato, seus anexos e termos aditivos, tal fato não poderá liberar, desonerar, alterar ou prejudicar essas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO.
11.1 - A CONTRATANTE exercerá a fiscalização geral dos serviços contratados, podendo, para esse fim, designar prepostos, aos quais a CONTRATADA ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos mesmos, facultando-lhe o livre acesso aos seus depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o objeto ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CONTRATANTE.
11.2 - A fiscalização verificará o cumprimento das especificações e a aplicação dos métodos construtivos e ensaios pertinentes, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços executados.
11.3 - A fiscalização poderá sustar qualquer trabalho que esteja em desacordo com o disposto neste contrato.
11.4 - Fica acordado que a fiscalização não terá nenhum poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste contrato.
11.5 - É dever da Fiscalização verificar, durante toda a execução contratual, se as cotas, notadamente a de aprendizes, estão sendo devidamente cumpridas pela Contratada. Atualmente, o cumprimento ou não da cota de aprendizes pode ser averiguado por intermédio do seguinte link disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego: https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.
12.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
12.1.1 - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
12.1.2 - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
12.1.3 - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
12.1.4 - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
12.1.5 - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
12.1.6 - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
12.1.7 - Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
12.1.8 - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

12.1.9 - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
12.2 - O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
12.2.1 - Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
12.2.2 - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
12.2.3 - Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
12.2.4 - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
12.2.5 - Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
12.3 - Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
12.4 - A extinção do contrato poderá ser:
12.4.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
12.4.2 - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
12.4.3 - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
12.5 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
12.6 - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
12.6.1 - Devolução da garantia;
12.6.2 - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
12.6.3 - Pagamento do custo da desmobilização.
12.7 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:
12.7.1 - Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
12.7.2 - Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
12.7.3 - Execução da garantia contratual para:
12.7.3.1 - Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
12.7.3.2 - Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
12.7.3.3 - Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
12.7.3.4 - Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
12.8 - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA, NOS TERMOS DO CAPÍTULO II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.
13.1 - A CONTRATADA fica dispensada, neste ato, da prestação das garantias previstas no Capítulo II da Lei Federal nº 14.133/21, em sua redação atual.

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA NOMEAÇÃO.
14.1 - O modelo de gestão contratual será exercido por gestor e fiscal indicado, conforme disposto pelos parágrafos do artigo 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e pelo Decreto nº. 15.523, de 10 de março de 2023.
14.1.1 - Fica designado **Márcio Roberto Carneiro** - CPF: 122.082.088-11 - Cargo: Respondendo pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa - tel.: (12) 98259-7766 - e-mail: diretormarciocarneiro@gmail.com, responsável como gestor, para exercer as funções previstas nos incisos e parágrafos do artigo 2º, do Decreto nº. 15.523/23.
14.1.2 - Fica designada **Elaine Rodrigues Bueno** - Cargo: Chefe de Gabinete - CPF: 300.082.498-73 - tel: (12) 99217-8991 - email: lainib@hotmail.com, responsável como fiscal, para exercer as funções previstas nos incisos e parágrafos únicos dos artigos 4º e 5º, do Decreto nº. 15.523/23.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO.
15.1 - Aplicam-se à execução deste contrato, especialmente aos casos omissos, as normas emanadas da Lei Complementar Federal nº. 0123/2006 alterada pelas Leis Complementares nº. 0147/2014 e nº. 0155/2016 em suas redações atuais, da Lei Federal nº. 14.133/2021, do Decreto Municipal nº. 15.499/2023, do Decreto Municipal nº. 15.523/2023, do Decreto Municipal nº. 16.199/2025 e, subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO.
16.1 - As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam o presente instrumento, para todos os fins de direito.

MÁRCIO ROBERTO CARNEIRO
CONTRATANTE

PALOMA CAROLINE SILVA DE LIMA
CONTRATADA

gov.br
Documento assinado digitalmente
PALOMA CAROLINE SILVA DE LIMA
Data: 09/10/2026 20:07:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 0296/2026
PROCESSO Nº. 27.598/2026

ANEXO
DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR NOTA FISCAL

Tendo em vista a análise do edital da Inexigibilidade de Licitação **nº. 296/26,** O presente contrato tem por objeto a contratação de 01 (uma) apresentação artística para atender na "Flit - Feira de Literatura Infantil de Taubaté 2026, cabendo informar que de acordo com o exigido pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB n.º 2110 de 17/10/22, vigorando a partir de 19/10/22**, editada pela Secretária da Receita Federal do Brasil, e responsabilidade solidária constante nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 8.212/91 de 24/07/1991, orientando quanto a apresentação de documentos e o preenchimento da Nota Fiscal para constar no anexo , deverá a empresa;**

I) Discriminar obrigatoriamente na nota fiscal de Serviço:

- *Retenção do ISSQN é devido no local da prestação de serviço, em Taubaté com a alíquota e de **2% (Lei Complementar nº. 116/2003). Exceto quando optante pelo SIMPLES nacional, que deverá informar a alíquota correspondente ao percentual previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº. 123 e suas alterações);***

- *Retenção do IRRF: 4,8% (Quatro vírgula Oito por cento) do valor do serviço; conforme disposto no artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996, regulamentado pela **Instrução Normativa 1234/12 tabela do Anexo I, Exceto quando enquadrado no Artigo 4º Item XI da referida Instrução Normativa***

- Deverá mencionar no corpo da nota fiscal o **objeto do contrato, nº do Processo Administrativo, Inexigibilidade de Licitação nº 296/26, bem como o período dos serviços executados;**

II) Apresentar na entrega da nota fiscal:

- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Regularidade Social e a Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa Estadual;
- Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal (apenas tributos mobiliários do domicílio ou sede do licitante), na forma da Lei;
- Certificado de Regularidade do FGTS- CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

CONTRATADA: EVER KIDDS EVENTOS LTDA

PROCESSO N° (DE ORIGEM): 27.598/2026 (INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 0296/2026)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 01 (UMA) APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO GRUPO "LARA KIDS PRODUÇÕES" NA "FLIT - FEIRA DE LITERATURA INFANTIL DE TAUBATÉ 2026".

Pelo presente Termo, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

α) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

β) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

χ) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

δ) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº. 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexo(s).

ε) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

α) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

β) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO / ENTIDADE:
Nome: Sérgio Luiz Victor Júnior
Cargo: Prefeito Municipal
CPF: 372.057.468-76

PELA ORDENAÇÃO DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: Pedro Henrique Bianchi
Cargo: Secretário da Fazenda
CPF: 388.220.198-30

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA / INEXIG. LICITAÇÃO;
PELA GESTÃO DO CONTRATO:
Nome: Márcio Roberto Carneiro
Cargo: Respondendo pelo expediente da Secretaria de Cultura e Economia Criativa
CPF: 122.082.088-11
Assinatura:_____

PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:
Nome: Elaine Rodrigues Bueno
Cargo: Chefe de Gabinete
CPF: 300.082.498-73
Assinatura:_____

PELA CONTRATADA:
Nome: Paloma Caroline Silva de Lima
Cargo: Representante Legal
CPF: 380.917.378-90
Assinatura:_____

gov.br
Documento assinado digitalmente
PALOMA CAROLINE SILVA DE LIMA
Data: 09/10/2026 20:03:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS A DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
CNPJ Nº: 45.176.005/0001-08
CONTRATADA: EVER KIDDS EVENTOS LTDA
CNPJ Nº: 66.608.922/0001-94
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 27.598/2026 (INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 0296/2026)
VIGÊNCIA: 11/10/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 01 (UMA) APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO GRUPO “LARA KIDS PRODUÇÕES” NA “FLIT - FEIRA DE LITERATURA INFANTIL DE TAUBATÉ 2026”.
VALOR: R$ 5.300,00

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

Márcio Roberto Carneiro
respondendo pelo expediente da Secretaria de Cultura e Economia Criativa

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

Prefeitura Municipal de Taubaté

VENCEDORES DA LICITAÇÃO

Inexigibilidade - 296/2026

Finalidade Objeto: **CONTRATAÇÃO ARTÍSTICA DO GRUPO "LARA KIDS PRODUÇÕES"**

Fornecedor: 145214 EVER KIDDS EVENTOS LTDA.

Endereço: RUA SALIM RECHDAN **Nº :** 201

Bairro: CONJUNTO HABITACIONAL HÉRCULES AUGUSTO MASSON **Fone:**

Cidade: TAUBATÉ SP

CNPJ/CPF: 66.608.922/0001-94 **Email:** larakidsproducoescamila@gmail.com

Incr. Estadual:

Seq.	Cód.	Descrição	Marca/Modelo	Qtde.	U.M.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	0.0.110	APRESENTACAO ARTISTICA E CULTURAL		1	UN	5.300,0000	5.300,00

ESPECIFICAÇÃO

Total Fornecedor **5.300,00**

Total Geral : **5.300,00**

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente documento tem por objeto a contratação de show infantil para atender as necessidades da programação da **FLIT – Feira de Literatura Infantil de Taubaté 2026**, a ser realizada no período de **07 a 11 de outubro de 2026,** promovida pelo Município de Taubaté, por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa..

2. FUNDAMENTAÇÃO

O Município de Taubaté, por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, promove a FLIT – Feira de Literatura Infantil de Taubaté, realizada no período de **07 a 11 de outubro de 2026**, na Avenida Professor Walter Thaumaturgo (Avenida do Povo), região central do Município.

O evento integra a programação cultural municipal e tem como finalidade promover a literatura, a educação, a cultura e a democratização do acesso da população às manifestações artísticas, com especial atenção ao público infantil e às famílias.

A FLIT constitui importante iniciativa de interesse público, reunindo atividades literárias, apresentações teatrais, musicais e artísticas, oficinas e atrações recreativas. Sua programação busca proporcionar experiências culturais diversificadas às crianças, estimulando a imaginação, a criatividade, a convivência e o contato com diferentes linguagens artísticas.

Como parte dessa programação, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa definiu a realização do espetáculo infantil “Guerreiras do K-Pop”, a ser apresentado pelo grupo artístico Lara Kids Produções, no dia 11 de outubro de 2026, às 18h, com o propósito de oferecer ao público infantil uma experiência artística que associe música, dança, interpretação, caracterização de personagens e interação com os espectadores.

A escolha da **Lara Kids Produções** não decorre exclusivamente do tema escolhido para a apresentação, tampouco da simples necessidade de contratação de um serviço genérico de entretenimento infantil. Decorre da identificação de uma atração artística específica, cujo formato de apresentação, linguagem cênica e proposta de interação se mostram compatíveis com o perfil do público e com os objetivos culturais da programação da FLIT.

Conhecido popularmente como Lara Kids Produções, o grupo desenvolve diferentes modalidades de apresentações e atividades destinadas ao público infantil, trabalhando com personagens vivos, cortejos artísticos, musicais e temáticas variadas. Essa diversidade constitui uma característica marcante de sua atuação artística, permitindo a elaboração de espetáculos adequados às características de diferentes eventos e públicos.

No presente caso, a Administração definiu como atração pretendida o espetáculo com o tema “Guerreiras do K-Pop”, considerando a proposta artística selecionada para a programação infantil. A possibilidade de a produtora desenvolver outras temáticas não descaracteriza a escolha realizada, uma vez que a contratação pretendida se refere a uma apresentação artística determinada, e não à aquisição indeterminada de serviços de recreação ou à simples personalização de personagens.

É necessário distinguir a capacidade da empresa de desenvolver diferentes modalidades de entretenimento da escolha administrativa de uma atração artística concreta. A definição do espetáculo pretendido integra o planejamento cultural do evento, acompanhada dos elementos que demonstram as características próprias da apresentação, a identidade artística do grupo e as razões objetivas que fundamentaram sua seleção. A trajetória da Lara

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

Kids Produções no segmento de entretenimento infantil, sua atuação recorrente em grandes eventos municipais e sua experiência na execução de espetáculos cênico-musicais constituem elementos essenciais que comprovam sua aptidão artística e sua plena inserção no contexto cultural da região.

A atuação do grupo possui amplo e reiterado registro na programação cultural oficial do Município de Taubaté:

Atuação Histórica em Eventos Natalinos Oficiais: A trupe integrou com destaque a programação oficial das Paradas de Natal do Município (como o evento "Taubaté em Festa"), realizando cortejos performáticos com personagens vivos e atrações lúdicas para milhares de famílias na área central da cidade.

O grupo possui precedentes formais de contratação pela Administração Pública municipal por meio do Processo Administrativo nº 29.269/24 (Inexigibilidade de Licitação nº 379/24), publicado na Imprensa Oficial do Município de Taubaté (Edição nº 582 do Diário Oficial), demonstrando a continuidade da aprovação de seu trabalho pela crítica local e pelo órgão gestor da cultura.

Conforme divulgação publicada pela Prefeitura de Taubaté, a Lara Kids também integrou a programação da FLIT 2026 com a apresentação teatral “Os Três Porquinhos”, realizada no dia 8 de outubro de 2026(contratação feita pela APAA). Esse registro reforça sua participação direta no próprio evento e sua consolidação junto ao público infantil do município.

Estes antecedentes comprovam não apenas a capacidade técnica e a experiência do grupo na condução de grandes públicos infantis, mas também a habitualidade e a aceitação pública de seus espetáculos perante a comunidade de Taubaté.

Para fins de instrução processual complementar, constam no processo os documentos comprobatórios de sua trajetória, tais como portfólio artístico, registros fotográficos e de imprensa, comprovantes de veiculação em canais oficiais e atestados/contratos referentes a apresentações anteriores.

A escolha do espetáculo “Guerreiras do K-Pop” está relacionada à proposta de oferecer uma apresentação artística contemporânea e atrativa, voltada às crianças e adolescentes, integrando música, dança, interpretação e recursos cênicos em uma experiência de caráter lúdico e participativo.

A atração complementa a programação cultural da FLIT ao proporcionar contato com diferentes formas de expressão artística e ao ampliar as possibilidades de participação e entretenimento das crianças e de suas famílias. Sua inclusão decorre do planejamento da programação e da intenção de oferecer atividades diversificadas ao público infantil.

A pertinência temática do espetáculo e sua inserção na FLIT alinham-se aos elementos de identidade artística e reconhecimento público do grupo Lara Kids Produções, sustentando de forma conjunta os requisitos para a contratação direta.

A contratação pretendida encontra amparo legal no artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece a inexigibilidade de licitação para a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, observados os requisitos legais.

A instrução do presente processo demonstra o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação vigente:

Consagração pela Opinião Pública e Reconhecimento Local: Demonstrados pelo histórico de apresentações em eventos de grande porte promovidos no município (Paradas de Natal, edições anteriores e programação corrente da FLIT) e pela ampla aceitação do público infantil.

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

Inviabilidade de Competição: Decorrente da natureza singular da manifestação artística e da identidade cênica própria do grupo em relação ao espetáculo "Guerreiras do K-Pop".

A contratação ocorrerá por intermédio da empresa Ever Kidds Eventos Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 66.608.922/0001-94, devidamente respaldada por documentação que comprova sua legitimidade para representar e agenciar a atração artística pretendida para a data solicitada.

A instrução processual contém, ainda, a justificativa da razão do preço, comprovando a compatibilidade dos valores praticados com o mercado e com contratações anteriores, além do cumprimento dos demais requisitos legais e administrativos.

Diante do exposto, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa justifica a escolha do espetáculo infantil **"Guerreiras do K-Pop"**, a ser apresentado pelo grupo **Lara Kids Produções, no dia 11 de outubro de 2026, às 18h**, durante a FLIT – Feira de Literatura Infantil de Taubaté.

A escolha respalda-se na proposta artística, na adequação à programação infantil, na comprovada trajetória e consagração do grupo perante a população de Taubaté, bem como na regularidade documental da empresa representante Ever Kidds Eventos Ltda.

Dessa forma, restando devidamente comprovados e instruídos os requisitos do artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, encaminha-se a presente justificativa para a promoção da contratação direta da referida atração artística.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O show infantil será oferecido gratuitamente ao público, como parte da programação da **FLIT – Feira de Literatura Infantil de Taubaté 2026**, que acontecerá na Av. Prof. Walter Thaumaturgo (Av. do Povo).

A solução compreende **01 (um) show infantil,** conforme especificado a seguir:

Data	Horário de Apresentação
11/10/26	18h00

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos:

1. A contratada deverá possuir capacidade jurídica, técnica e operacional para executar o objeto, observadas as exigências legais aplicáveis à contratação pública.
2. A contratada deverá realizar o show infantil com o tema "Guerreiras do K-Pop", conforme as condições, data e horário estabelecido no Termo de Referência.
3. O show infantil deverá contemplar a realização de dança, dublagem e interação com o público, por meio de personagens devidamente caracterizados, em conformidade com a programação e as orientações da Secretaria de Cultura e Economia Criativa.
4. A contratada deverá cumprir rigorosamente o horário e local estabelecido pela Administração, responsabilizando-se pelo comparecimento e pela execução show infantil no período contratado.

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

5. A contratada deverá observar as orientações da fiscalização quanto à organização, horários, fluxo de público e demais aspectos necessários à adequada execução do objeto, sem prejuízo da autonomia própria da apresentação artística.

6. A contratada deverá comunicar imediatamente à fiscalização qualquer fato que possa comprometer ou impedir a execução do objeto, permitindo à Administração a adoção das providências cabíveis.

7. A contratada deverá cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e demais obrigações legais decorrentes da execução do objeto, quando aplicáveis.

8. A execução do objeto deverá observar as normas de segurança, acessibilidade, proteção da criança e do adolescente e demais normas aplicáveis ao evento.

9. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

10. A contratação deverá observar as condições estabelecidas no instrumento contratual, no Termo de Referência e nos demais documentos que integram o processo administrativo.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto consistirá na realização **de show infantil com o tema "Guerreiras K-Pop"**, em conformidade com as especificações, data, horário e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A execução terá início após a formalização da contratação, observados os prazos, horários, locais, condições de execução e critérios de aceitação estabelecidos neste Termo de Referência.

5.1. Obrigações da contratada

5.1.1. Executar o show infantil na data, horário e condições estabelecidos neste Termo de Referência, conforme a programação definida pela Administração.

5.1.2. Apresentar-se no local definido pela Administração com a antecedência necessária para o adequado início das atividades, observando os horários estabelecidos para cada intervenção.

5.1.3. Comunicar formalmente à Contratante, com a maior antecedência possível, a ocorrência de qualquer fato que possa comprometer ou impedir a execução do objeto, apresentando as respectivas justificativas e documentação comprobatória, quando cabível, para análise da Administração.

5.1.4. Executar os serviços em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, responsabilizando-se pela adequada execução do show infantil.

5.1.5. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, apresentando à Administração, sempre que

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

solicitado, os documentos comprobatórios pertinentes.

5.1.6. Cumprir as orientações da Administração e do fiscal do contrato quanto à organização, horários e fluxo das atividades, desde que relacionadas à execução do objeto.

5.1.7. Responsabilizar-se pelos profissionais envolvidos na execução do show infantil, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e demais encargos decorrentes de sua atuação.

5.1.8. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua atuação na execução do objeto, quando comprovada sua responsabilidade.

5.2. Obrigações da contratante

5.2.1. Designar servidor responsável pela gestão e fiscalização da execução contratual, na forma da legislação vigente.

5.2.2. Fornecer à contratada as informações necessárias à adequada execução do show infantil, especialmente quanto aos locais, datas, horários e programação do evento.

5.2.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando sua conformidade com as condições, especificações e horários estabelecidos neste Termo de Referência.

5.2.4. Comunicar formalmente à contratada qualquer irregularidade constatada na execução do objeto, concedendo, quando cabível, prazo para a adoção das providências necessárias à sua regularização.

5.2.5. Efetuar o pagamento à contratada na forma e nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, após a comprovação da adequada execução do objeto e a verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

6. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

A fiscalização e o acompanhamento do Contrato ficará a cargo do Secretaria de Cultura e Economia Criativa, a quem compete verificar se a contratada está executando corretamente a entrega do objeto, obedecendo aos termos contratuais e aos demais documentos que o integram.

A fiscalização e o acompanhamento da execução contratual será de acordo com o Decreto n° 15.523, de 10 de Março de 2023.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado na forma e nos prazos estabelecidos na Portaria SEFI nº 42, de 02 de fevereiro de 2022, observadas as demais condições no instrumento contratual.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A contratação será realizada por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os requisitos legais aplicáveis.

Para a contratação pretendida, a contratada deverá apresentar documentação que comprove o atendimento aos requisitos previstos no referido dispositivo legal, inclusive quanto à

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

representação exclusiva e à consagração do profissional ou grupo artístico pela crítica especializada ou pela opinião pública, conforme aplicável ao objeto, bem como os documentos de habilitação exigidos nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021

9. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Estima-se que o valor global da presente contratação seja de **R$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)**, conforme proposta de preço apresentada pela empresa.
Para aferição da compatibilidade do preço proposto, foram analisadas 04 (quatro) notas fiscais emitidas pela empresa no período de até 01 (um) ano anterior à contratação, em conformidade com o § 4º do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a utilização de documentos fiscais relativos a objetos de mesma natureza como parâmetro de avaliação, quando não for possível estimar o valor pelos meios previstos nos §§ 1º, 2º e 3º do referido artigo.

As notas fiscais examinadas registram valores entre R$ 6.000,00 e R$ 16.500,00, referentes a apresentações artísticas com características distintas. Considerando que cada espetáculo possui particularidades quanto à duração, à composição do elenco, aos figurinos, à caracterização e à complexidade da execução, tais documentos foram utilizados como referências para a análise da razoabilidade do preço, sem pressupor identidade absoluta entre os objetos comparados.

Nesse contexto, o valor proposto de R$ 5.300,00 para a apresentação de 30 (trinta) minutos é inferior ao menor valor identificado nas notas fiscais analisadas, inclusive ao de R$ 6.000,00 referente a uma apresentação de 20 (vinte) minutos. Em conjunto com a proposta comercial e as características específicas do objeto, essas referências subsidiam a avaliação da compatibilidade do preço e da ausência de indícios de sobrepreço, sem prejuízo da análise dos demais elementos que instruem a contratação.

Nota Fiscal	ASSOCIACAO DOS LOJISTAS DO SHOPPING HORTOLANDIA – NF 27	NOVA ALIANCA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. – NF 17	CONDOMINIO VIA CAFE SHOPPING – NF 19	ASSOCIACAO DO PARKSHOPPING MOGI MIRIM – NF 26
Valor por apresentação	R$ 6.300,00	R$ 9.500,00	R$ 16.500,00	R$ 6.000,00

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação	**Econômica**	**Funcional**	**Ação**	**Fonte**	**Código de Aplicação**	**Valor R$**
1392	33.90.39	13.392.0016	2090	8	8040343	5.300,00

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

11. GARANTIA

A contratada será responsável pela adequada execução do show infantil, em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, sem prejuízo das responsabilidades previstas na legislação aplicável.

Constatada qualquer desconformidade na execução do objeto, a contratada deverá adotar as providências necessárias para sua regularização, quando cabível, sem ônus adicional para a Administração, sem prejuízo da aplicação das medidas e sanções previstas na legislação e no instrumento contratual.

12. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS

Para todos os efeitos, declara-se o cumprimento dos requisitos aplicáveis exigidos pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas pertinentes à contratação.

SECEC, na data de sua assinatura digital.

Márcio Roberto Carneiro
Resp. pelo exp. da Secretaria de Cultura e Economia Criativa

Assinado por 2 pessoas: MARCIO ROBERTO CARNEIRO e ELAINE RODRIGUES BUENO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7 e informe o código 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 5F87-E5BE-7D3E-9BD7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARCIO ROBERTO CARNEIRO (CPF 122.XXX.XXX-11) em 09/10/2026 18:28:23 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ELAINE RODRIGUES BUENO (CPF 300.XXX.XXX-73) em 09/10/2026 18:57:50 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://taubate.1doc.com.br/verificacao/5F87-E5BE-7D3E-9BD7